



COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE – CIT
 PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DECISÕES DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2009
 17 DE DEZEMBRO DE 2009

Apresentação Inicial

Márcia Bassit, Secretária-Executiva do Ministério da Saúde - SE/MS, iniciou a reunião informando sobre articulações feitas com Ministério do Planejamento, em que foram assegurados para o orçamento de 2010, os recursos que atenderam a pandemia de Influenza A - H1N1 em 2009, além dos recursos de Média e Alta Complexidade, sinalizando para a perspectiva do Ministério da Saúde - MS trabalhar com aporte extra de recursos.

Informou ainda o problema que está ocorrendo com servidores do antigo INAMPS, cedidos às SES e SMS que, com a criação de Organizações Sociais, estão sendo devolvidos, descumprindo os acordos iniciais de que seriam absorvidos. O MS está em negociação com os Estados envolvidos, para superação do impasse e propôs a construção de um Banco de Talentos com perfil de cada servidor, para que a alocação possa ser a mais adequada possível.

Beatriz Dobashi, Secretária Estadual de Saúde do Mato Grosso/MT e Presidente do CONASS, manifestou a disposição do CONASS em contribuir para a superação do problema e solicitou informação sobre a situação em cada Estado, para que o CONASS contribua nesta interlocução.

Antônio Carlos Nardi, Secretário Municipal de Saúde de Maringá/PR e Presidente do CONASEMS, reiterou a posição do CONASS e sugeriu que os servidores sejam acolhidos pelos municípios.

Jurandi Frutuoso/CONASS informou que foi discutido com Conselho Nacional de Saúde - CNS a proposta de se fazer uma análise da participação de Organizações Sociais e Fundações Estatais no SUS, envolvendo todos os estados, visto que o Conselho estava convocando individualmente cada Estado que trabalha com tais estruturas.

Decisões / Encaminhamentos

1. Homologações e Certificações

a) Termos de Compromisso de Gestão Municipal (relação anexa). DAD/SE.

Homologados.

Antônio Carlos Nardi/CONASEMS registra a adesão ao Pacto pela Saúde do primeiro município do RS: São Borja, e a adesão de 100% dos municípios do estado do Paraná.

2. Discussões e Pactuações

a) Minuta de portaria que regulamenta as diretrizes para execução das ações de Vigilância em Saúde para União, Estados, Municípios e Distrito Federal, define sua sistemática de financiamento e dá outras providências. SVS/MS.

DECISÃO: Pactuada, sendo acordado o prazo de 31 de março de 2010 para que as Comissões Intergestores Bipartite enviem os valores relativos do PFVPS destinado ao Estado e a cada um de seus Municípios. (Alteração do Art. 56 da Prt.)

Márcia Bassit/SE/MS registrou o esforço conjunto feito por CONASS, CONASEMS e MS na construção da proposta, representando um marco nas ações da Vigilância em Saúde.

Gerson Penna, Secretário de Vigilância em Saúde - SVS/MS, informou que a revisão da portaria GM/MS nº 1172/04 foi prioridade na discussão do GT - VS, destacando os pontos centrais da revisão: aproximação da Vigilância em Saúde - VS ao Pacto pela Saúde; integração dos instrumentos de planejamento; fortalecimento da integralidade das redes de atenção; integração da VS com a Atenção Primária; fortalecimento da gestão solidária e compartilhada; atualização de mecanismos de financiamento; manutenção de critérios de alocação de recursos e alteração na

	<p>periodicidade de repasse de recursos; critérios para bloqueio de transferência de recursos; manutenção do monitoramento do saldo bancário para os municípios certificados que não aderiram ao Pacto pela Saúde.</p> <p>Márcia Bassit/SE/MS anunciou aporte de novos recursos, na ordem de R\$ 400 milhões para recomposição do financiamento da Vigilância à Saúde e Promoção da Saúde.</p> <p>Beatriz Dobashi/CONASS ressaltou o avanço que representa a proposta e que foram considerados vários pontos prioritários que vinham sendo discutidos na Tripartite. Enfatizou a relevância da revisão <i>per capita</i>, com vistas à diminuição de desigualdades, que representa uma inovação para a gestão da vigilância.</p> <p>Antônio Carlos Nardi/CONASEMS parabenizou pela construção tripartite, destacando a atuação de Marcos Franco/CONASEMS, Nereu Mansano/CONASS e da equipe do MS, representada por Heloiza Machado. Informou a aprovação no Senado da PEC para regulamentação dos Agentes Comunitários e Agentes de Endemias, e o impacto que essa questão representa na organização do SUS, de modo que caberá uma atitude do Presidente da República para evitar prejuízos ao Programa Saúde da Família e controle de endemias.</p> <p>Márcia Bassit/SE/MS enfatizou que o tema de Recursos Humanos deve ser priorizado e que a modernização da gestão no SUS passa, necessariamente, pela valorização profissional.</p>
<p>b) Minuta de portaria que estabelece suspensão do repasse de recursos do Bloco de Vigilância em Saúde para municípios que não aderiram ao Pacto pela Saúde e que estiverem com saldos equivalentes a 12 meses do repasse. SVS/MS.</p>	<p>Decisão: Pactuada.</p>
<p>c) Minuta de Portaria que regulamenta incentivo financeiro destinado aos Laboratórios Centrais de Saúde Pública – LACEN, para a execução das ações de monitoramento de alimentos, na forma do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde. SVS/MS.</p>	<p>DECISÃO: Pactuada com a ressalva apresentada pelo Conasems de que seja realizado levantamento dos LACENs municipais para que estes possam ter o mesmo financiamento a posteriori.</p>
<p>d) Transferência de recursos extraordinários para campanha de Influenza. SVS/MS.</p>	<p>DECISÃO: Pactuada.</p> <p>CONASEMS: questionou o credenciamento de leitos de UTI, já aprovados em CIB e sem publicação de portarias, questão esta que reflete no enfrentamento da pandemia de Influenza A - H1N1.</p> <p>CONASS: propôs a revisão do cálculo <i>per capita</i> para 2010, visto ser o mesmo utilizado para as campanhas de vacinação, os quais estão defasados.</p> <p>MS: Alberto Beltrame, Secretário de Atenção à Saúde/SAS/MS, apontou o credenciamento de leitos de UTI como estratégia para o enfrentamento da pandemia de Influenza em 2009, na qual foram aportados R\$ 37 milhões em habilitação de novos leitos. Citou a necessidade de R\$ 70 milhões para</p>

	<p>equalizar a situação, com aporte, ainda em 2009, de cerca de R\$ 30 milhões em novos leitos de UTI, sendo os demais credenciados em 2010. Informou que está em curso o processo de aquisição de respiradores e monitores para enfrentar a 2ª onda da H1N1, com entrega prevista para fevereiro ou início de março e solicitou a parceria de Conass e Conasems no retorno dos estados quanto às informações referentes aos locais de instalação desses equipamentos.</p>
e) Minuta de Portaria que define o repasse de incentivo financeiro para a implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. SAS/MS.	<p>DECISÃO: Pactuada com a ressalva apresentada por Conass e Conasems, de retirada do termo Plano de Ação Nacional (2009-2011) dos artigos 2º e 4º.</p>
f) Portaria que dispõe sobre o Programa Nacional de Capacitação Gerencial em Saúde – PNCG – no âmbito do SUS. SGTES/MS.	<p>DECISÃO: Pactuada.</p> <p>Pactuada <i>ad referendum</i> a homologação da adesão ao Pacto pela Saúde de municípios contemplados no PROGESUS, cujos Termos de Compromisso de Gestão foram pactuados nas Comissões Intergestores Bipartite, mas que não entraram na pauta da CIT de dezembro.</p>
g) Edital de convocação de Seleção para o Programa Nacional de Desenvolvimento Gerencial em Saúde. SGTES/MS.	<p>DECISÃO: Pactuado.</p>
h) Calendário da Comissão Intergestores Tripartite para 2010. ST-CIT/SE	<p>DECISÃO: Pactuado, com as seguintes alterações:</p> <p>Realização de reunião extraordinária, no dia 09/02/2010, para avaliação do Pacto pela Saúde; cancelamento da reunião ordinária de fevereiro e realização da reunião de maio em Gramado/RS, durante o Congresso do CONASEMS.</p> <p>René Santos/CONASS ressaltou a necessidade de revisão da portaria GM/MS nº 204/2007, visto que várias pactuações alteraram seu conteúdo, sendo informado por Márcia Bassit/SE/MS que esse é um tema prioritário da Secretaria-Executiva/MS, cuja discussão já está em andamento.</p> <p>Márcia Bassit informou sobre movimentos da SE/MS junto à Receita Federal com vistas à uniformização das informações sobre abertura de CNPJ dos Fundos Municipais de Saúde, em virtude das dificuldades enfrentadas por estes. Ressaltou ainda a disponibilidade de cooperação técnica do MS nessa questão.</p> <p>Antonio Carlos Nardi solicitou que seja revista a suspensão dos recursos, estabelecendo um prazo para isso, considerando que os municípios iniciaram nova gestão em 2009 e estão empenhados em resolver a situação.</p>
3. Apresentação e Discussões	
a) Política Nacional de Urgência e Emergência - PNUE. SAS/MS.	<p>Considerações do MS, apresentadas por Alberto Beltrame/SAS/MS, a serem trabalhadas no contexto da implementação da PNUE:</p> <p>(i) implantação do SAMU e mais recentemente das UPAs como avanços na reestruturação do componente pré-hospitalar. (ii) aquisição, pelo MS, em 2009, de 1800 novas ambulâncias para o SAMU, duplicando a frota em circulação. Desse total, 350 serão destinadas à renovação da frota atual, sendo o cronograma de entrega: 250 em janeiro/2010, 250 em fevereiro/2010, 400 em março/2010 e demais ao longo do ano de 2010; (iii)</p>

	<p>permanecem desafios relacionados à dificuldade de acesso; qualidade do atendimento e financiamento da Urgência e Emergência; necessidade de abordagem integrada de todos os componentes da política, tanto no âmbito pré-hospitalar quanto hospitalar, sendo este último o principal problema atual; (iv) necessidade de discutir o papel das UPAs na organização da rede de atenção; (v) necessidade de amplo debate sobre a mudança no formato do financiamento da U&E.</p> <p>CONASS e CONASEMS expressaram consenso quanto às questões apresentadas por Alberto Beltrame/SAS/MS e apontaram a necessidade de aprofundar essa discussão, resgatando agenda entregue ao MS na CIT de novembro/2009, contemplando os seguintes aspectos.</p> <p>(i) Problemas operacionais da política: dificuldades dos municípios para licitar as UPAs, interiorizar equipes e capacitá-las para atuação na U&E, inclusive nos aspectos relativos à regulação médica; manutenção e renovação de tecnologia e frota do SAMU como processo permanente; dificuldade de implantação do SAMU, cujo financiamento permanece com os valores de 2003; problemas identificados na operacionalização do SAMU na modalidade regional.</p> <p>(ii) Aspectos relativos à implementação da PNUE: discussão das UPAs no contexto das Redes de Atenção; revisão do financiamento da U&E, priorizando o componente hospitalar (tipologia de hospitais, financiamento contemplando cobertura-produção); abordagem da política integrando seus componentes: interface Atenção Básica – SAMU – UPAs – Componente Hospitalar; discutir o componente Pós-Hospitalar e o papel da Atenção Primária rede de UE – acolhimento das UE nas UBS/estrutura física/perfil profissional/horários de funcionamento das UBS/exames de menor complexidade; Processo de regulação e atuação dos complexos reguladores; Financiamento tripartite;</p> <p>ENCAMINHAMENTO: Câmara Técnica da CIT deverá elaborar agenda para discussão do tema no GT de Atenção, contemplando os aspectos elencados no diagnóstico evidenciado pelo MS, Conass e Conasems.</p>
<p>b) Documento: Pessoa com Deficiência – Direitos Sexuais e Reprodutivos na Integralidade da Atenção à Saúde. DAPES/SAS/MS.</p>	<p>Ressaltado o objetivo de contribuir para a prática gestora, com diretrizes que orientem a organização de programas e ações direcionadas a essa população.</p>
<p>c) Diretrizes Nacionais Para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção da Saúde, Prevenção de Agravos e de Enfermidades e na Assistência. DAPES/SAS/MS.</p>	<p>Aparecida Linhares, Secretária Municipal de Saúde de Diadema/SP e Vice-Presidente do CONASEMS, ressaltou a necessidade de integração das políticas, esforço evidenciado na discussão dessa proposta, que privilegiou o papel do MS na regulamentação de diretrizes para a ação dos gestores, prática que deveria ser estendida às demais políticas. Ressaltou o desafio de criar mecanismos de cooperação técnica, principalmente em parceria com a SGTES/MS, na perspectiva de qualificar as equipes de saúde para abordagem das políticas.</p>
<p>3. Informes (ver Anexos)</p>	
<p>a) Consolidado das informações sobre Relatório Anual de Gestão de Estados e Municípios – 2007 e 2008. ST-CIT/SE.</p>	
<p>b) Revogação da portaria GM/MS nº. 2.143, de 09 de outubro de 2008, republicada em 21 de novembro de 2008 e alteração dos critérios de financiamento.</p>	